

A Ebserh deixará explodir a bomba da insalubridade?

Uma bomba está armada contra os trabalhadores da Ebserh e contra a própria empresa.

São milhares de pessoas revoltadas, indignadas e angustiadas pela ameaça de perder parcela significativa de sua remuneração, conforme comunicado do último dia 6 de maio, divulgado pela direção da Ebserh.

Não é difícil imaginar o caos que se instalará nos hospitais se concretizada a ameaça de alterar a base de cálculo da insalubridade dos empregados contratados anteriormente a 2019.

Distorções

A origem do problema está em 2019, quando era presidente o genocida Bolsonaro. Em 30 de julho de 2019, o então Conselho de Administração da Ebserh editou a famigerada Resolução 88 que determinou a mudança: o cálculo do adicional de insalubridade passou a ser baseado no salário-mínimo e não mais no salário base de cada pessoa.

A forma de cálculo anterior continuou vigendo para os empregados admitidos até a data da Resolução 88, mas foi alterada para os contratados posteriormente, criando duas classes de empregados com direitos diferenciados, provocando distorções nas relações de trabalho e divisões internas.

CGU é governo, TCU é órgão de controle externo

Para agravar a situação, em 2022, a Controladoria Geral da União (CGU), também no governo do genocida, apoiando-se na Resolução 88, "constatou" que o cálculo da insalubridade pelo salário-base para os antigos

estaria em desacordo com a CLT.

Em seguida, ainda em 2022, entra em cena o Tribunal de Contas da União (TCU) anti-trabalhador e determinou que, para todos os empregados, os antigos e os novos, a insalubridade deve ser calculada pelo salário-mínimo.

Agora, depois de idas e vindas judiciais, a empresa comunica os trabalhadores que será obrigada a cortar o cálculo da insalubridade para os antigos e pressiona para arrancar um acordo - seja por qual tortuoso caminho for - nesse sentido. Foi esse o conteúdo do Ofício 2/2025/PRES-EBSERH, enviado às entidades em 7 de maio de 2025, dando prazo até 14 de maio para uma resposta.

Vamos à luta!

Diante dessa gravíssima ameaça, a Direção da Condsef/Fenadsef, auxiliada por nossa Assessoria Jurídica Nacional, e em colaboração com nossas filiadas, está levantando todos os elementos jurídicos, políticos e administrativos para convocar a categoria a deliberar sobre as formas de enfrentar a situação.

Simultaneamente, a Condsef/Fenadsef enviou ofício à Ebserh na sexta-feira, 9 de maio, solicitando a ampliação do prazo para essa discussão. A Ebserh respondeu fixando para 21 de maio o prazo para resposta.

Neste 13 de maio, terça-feira, haverá reunião com as demais entidades sindicais que intervêm na Ebserh para uma avaliação conjunta.

Neste quadro crítico reforçamos a importância de organi-



zarmos em nossos sindicatos filiados e nos prepararmos para nos mobilizar numa luta que será difícil e complexa, para a qual trabalharemos nos terrenos político, mas também jurídico e administrativo.

**NENHUM DIREITO
A MENOS!**

**Direção da Condsef/
Fenadsef, 12 de maio de 2025**

CUT: nova alta da taxa de juros ‘ameaça direitos e a reconstrução do país’

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) manifesta veemente repúdio a mais uma decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a taxa básica de juros (Selic), desta vez para 14,75%, em clara contradição com as necessidades urgentes de reconstrução econômica e social do país. Enquanto o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avança na redução da inflação, no fortalecimento do real, na geração de empregos e na aprovação de reformas estruturais, o Banco Central insiste em uma política monetária asfixiante, privilegiando interesses financeiros em detrimento do desenvolvimento nacional e dos interesses do povo brasileiro.

Em um contexto de desaceleração inflacionária e da menor taxa de desemprego em oito anos, a decisão do Copom revela que a mudança do presidente do Banco Central para o comando de Gabriel Galípolo não mudou a visão predominante naquela instituição nos últimos anos. A medida não se justifica técnica ou economicamente, mas integra uma estratégia que se coloca na contramão do que tem priorizado o governo do presidente Lula e das demandas sindicais históricas: a retomada de investimentos públicos, a valorização do salário mínimo e a redução das desigualdades. A manutenção dos juros nas alturas, agora agravada pelo novo aumento, drena recursos vitais dos cofres públicos — que poderiam ser destinados à saúde, educação e infraestrutura — para remunerar a especulação com uma dívida pública que cresce substancialmente todas as vezes que a taxa Selic é elevada, beneficiando apenas os rentistas.

O aumento de 0,5% na taxa SELIC tem impactos significativos sobre a dívida pública brasileira, principalmente porque essa taxa é o principal ponto de referência para os títulos públicos indexados a ela. Estima-se que cada ponto percentual de aumento na Selic eleva o custo da dívida pública em aproximadamente R\$ 50 bilhões por ano, segundo dados do próprio Banco Central. Considerando que a Selic subiu de 10,5% em setembro de 2024 para 14,75% em maio de 2025, um aumento de 4,25 pontos percentuais, o impacto adicional no custo anual da dívida pode ser estimado em cerca de R\$ 212,5 bilhões. Um aumento na taxa eleva os juros pagos pelo governo para rolar a dívida existente, o que pressiona o déficit primário, já que o governo precisa arrecadar mais ou cortar gastos para cobrir o maior custo da dívida.

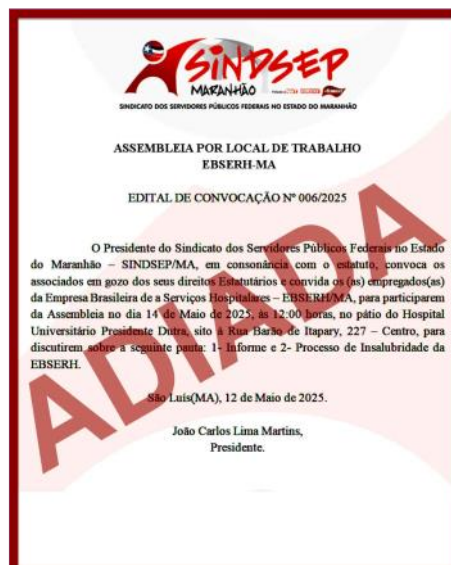
A taxa Selic elevada torna-se um mecanismo de transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos e inviabiliza o crédito acessível para famílias e pequenas empresas, estrangula o consumo interno e freia a geração de empregos formais. Enquanto trabalhadores e trabalhadoras enfrentam o custo elevado do crédito ao consumidor, o sistema financeiro acumula lucros recordes. É urgente que o Senado Federal e a sociedade civil ampliem o debate sobre a composição do Conselho de Política Monetária, que não conta com representação dos trabalhadores e das trabalhadoras, de forma que banqueiros aproveitem da autonomia do Banco Central para tomadas de decisões desconectadas do interesse nacional. A política monetária precisa estar alinhada ao combate às desigualdades, com juros menores, crédito direcionado a setores estratégicos e controle social sobre as metas inflacionárias. Reconstruir o Brasil exige enfrentar o poder dos banqueiros, que recebem lucros bilionários em detrimento dos interesses da maioria da população brasileira e do desenvolvimento sustentável do país.

A CUT e suas entidades filiadas seguem em campanha permanente pela redução da taxa de juros e pelo fim da autonomia do Banco Central. O momento é unir esforços contra esse golpe silencioso contra o país e lutar para garantir que a economia sirva ao povo brasileiro e não à especulação. Seguiremos vigilantes e mobilizadas em defesa dos direitos da classe trabalhadora e por um projeto de desenvolvimento que garanta emprego, renda, comida e dignidade para todos e todas.

Se é importante para o povo brasileiro, é uma luta da CUT.

São Paulo, 07 de maio de 2025.

Direção Executiva Nacional da CUT



Preocupada com o tempo exíguo para tratar de um tema tão importante para os trabalhadores e trabalhadoras da EBSEH, a Condesef/Fenadsef conseguiu um prazo maior para a reunião com a direção da empresa que irá tratar sobre a questão da Base de cálculo da insalubridade, para que o tema possa ser melhor compreendido e quais as opções jurídicas e políticas para reverter a atual determinação do TCU.

Nesse sentido o Sindsep/MA entendeu ser necessário o adiamento da assembleia com os trabalhadores da EBSEH em São Luís, que estava marcada para o dia 14 às 12:30h, transferindo para o dia 21 no mesmo horário e local conforme edital a ser publicado em nossos meios de comunicação.

Fiquem atentos em nossas redes!